

**IDENTIDADE, LINGUAGEM E ESCOLA***IDENTITY, LANGUAGE, AND SCHOOL*

*Angela Maria dos Santos RUFINO<sup>1</sup>*

*Luiz Antonio Gomes SENNA<sup>2</sup>*


**Resumo:** Nos últimos anos, os pesquisadores que trabalham com disciplinas ligadas às ciências sociais têm apresentado um interesse intenso em questões relativas à identidade e linguagem, principalmente, ao tratarem de temas relacionados a gênero, sexualidade, nacionalismo, conflitos étnicos e cultura. A relevância atribuída a tais elementos é, também, devido à posição de centralidade e da complexidade de tais conceitos, sejam como elementos a serem explicados ou como componentes que possuem força explicativa. Dessa forma, o presente estudo objetivou refletir sobre a conexão entre linguagem e identidade no processo de construção social do sujeito na escola. A metodologia adotada baseou-se em pesquisa bibliográfica. O estudo indicou que a linguagem e a identidade apresentam um caráter indissolúvel; que podem ser (re)criadas em contextos específicos de inclusão ou exclusão; que são dinâmicas; e que a escola pode atuar como um elemento fortalecedor ou dizimador das identidades humanas.


**Palavras-chave:** Identidade. Linguagem. Escola.

**INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa discorre acerca da linguagem como elemento construtor da identidade e, ainda, engendra algumas considerações referentes aos discursos como mecanismos de exclusão, permeados por relações de poder. Na tessitura deste estudo, preza-se pelo desprendimento da visão essencialista e se concebe a linguagem/identidade como conceitos estratégicos e posicionais.

---

1 Doutoranda em Educação (UERJ); professora na Universidade Federal do Acre. E-mail: angelacz08@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-8770-9586>.

2 Doutor em Linguística (PUC-Rio, 1994); professor na UERJ. E-mail: agsenna@hotmail.com  <https://orcid.org/0000-0002-1086-8829>.

O objetivo deste trabalho é refletir acerca da relação entre a linguagem e a identidade, no desenvolvimento social do indivíduo na escola. Para investigar o assunto em foco, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. A qual consiste em buscar fontes de consultas que podem ser úteis para o desenvolvimento da pesquisa. Cujas tarefas não é fácil, porque existe uma enorme quantidade de informações científicas que se proliferam a todo o momento. Desse modo, exige-se que o investigador disponha de tempo suficiente para depurar, confrontar, comparar as informações e, enfim, obter um resultado que responda ao objetivo pertinente ao estudo.

O estudo encontra-se dividido em quatro partes: a primeira versa sobre identidade – características, classificação e formas. A segunda refere-se à linguagem – a importância e as principais funções- e sua relação com a construção da identidade. A terceira disserta sobre o entrelaçamento da identidade, do discurso, do poder e da exclusão sob a ótica foucaultiana. A quarta, em último aspecto, trata da necessidade de conceber a escola como espaço da interculturalidade e, por conseguinte, do respeito às múltiplas identidades.

## **1. SOBRE A IDENTIDADE**

Atualmente, o significado de identidade não se encontra bem conceituado nas páginas dos dicionários, os quais refletem os sentidos mais antigos da palavra. A ideia atual de identidade remete a uma construção social recente e complicada.

Ao enfatizar as abordagens críticas pós-modernas, Hall (2019) compreende a identidade como uma construção discursiva e mutável que desafia os sujeitos a se posicionarem histórica e institucionalmente em situações específicas. São definidas como produtos da diferença, produzidas pela relação com os "outros" e emergem de modalidades de poder.

A identidade classifica-se em duas categorias: social e pessoal. Na primeira categoria, a identidade se refere a elementos que são produzidos e mantidos através do processo do compartilhamento coletivo, tais como: tradições, patrimônio, língua, estética, normas e costumes. Geralmente, o indivíduo filia-se em mais de um grupo social. Portanto, por estar inserido em um mundo globalizado com crescentes

encontros interculturais, o identitário humano apresenta-se complexo, diversificado e constantemente desafiado por meio de práticas comunicativas (BAUMAN, 2005).

Na segunda classificação, a identidade individual está relacionada a um conjunto de princípios morais, a um propósito ou estilo de vida, os quais são regidos pela provisoriedade. Relativo ao caráter transitório da identidade, Bauman ressalva que:

Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras (BAUMAN, 2005, p.60).

Assim, a identidade individual torna-se um subconjunto identitário de grupos mais gerais e, por ser transitória e movente por razão do “consumo”, ocupa sempre a subclasse menor (BAUMAN, 2005). Abaixo, constam algumas considerações acerca do termo “Identidade” na visão de alguns autores:

As identidades são elementos construídos e negociados durante toda a vida do sujeito e são sempre multifacetados. Pois todo ser humano possui uma identidade pessoal, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma série de identidades de grupo, como: familiar, gênero, etário, ocupacional, origem geográfica, classe social, cultural, religioso, linguístico e etc.(HALL, 2019).

A construção da identidade é um terreno de competitividade, não tão somente em termos de inclusão e exclusão, mas também ao tratar dos significados atribuídos ao posicionamento dos sujeitos em uma estrutura de poder na sociedade. Os indivíduos entram em conflito para a obtenção de poder simbólico, a fim de se tornarem visíveis ou impor sua própria visão de mundo para a sociedade (BRUNER, 1997).

Em vista disso, Castells alerta sobre a necessidade de suspeitar de categorias totalitárias e unificadoras e da indispensabilidade de questionar “como, por quem, para quê e o porquê” das formações identitárias. É a partir desses pontos que o autor supracitado distingue três formas de identidades: Identidade Legitimadora, Identidade de Resistência e Identidade de Projeto. Das identidades citadas, a Legitimadora é a que mais reforça e reproduz estruturas de dominação por não encontrar grandes obstáculos institucionais. No entanto, pode entrar em tensão com outras definições de identidade presentes na sociedade.

Nas Identidades de Resistência e de Projeto é possível encontrar maiores variações e tensões, porque são políticas geradas em espaços externos, provenientes de diversos grupos de conflitos da sociedade civil, e que geralmente encontram-se em posição de desvantagem em relação aos “outros” (CASTELLS, 2018).

## 2. LINGUAGEM E IDENTIDADE: UM BINÔMIO INDISSOCIÁVEL

Na vida diária do sujeito existe um contínuo encontro de combinações de palavras e imagens de todos os tipos, as quais são utilizadas para comunicar e interpretar informações com outros indivíduos em muitas línguas diferentes como, por exemplo, a Libras. Nisso, há também o envolvimento com novos gêneros textuais, ora visto com interesse ou ceticismo. Estes confrontam as pessoas cotidianamente devido ao rápido avanço tecnológico global. Assim, deixa-se de dialogar apenas com as modalidades textuais "tradicionais" e empregam-se, também, as mais recentes: as hipertextuais. Em todas as categorias textuais disponíveis, a utilização da linguagem como uma prática social permite uma série de habilidades, como: negociação, argumentação, discussão, aprendizagem, memorização, dentre outros. Por conseguinte, a escolha da língua e a própria linguagem fazem parte da construção da identidade (KOCH, 2015).

A depender do contexto que estejam inseridos, os indivíduos podem falar e agir de forma adequada à determinada situação porque aprenderam a fazer isso desde tenra idade. Sendo assim, todas as identidades humanas são de natureza social porque a construção do sujeito encontra-se sedimentada em significados. Os quais não são palavras e coisas desconexas; o significado se constrói em contextos interdependentes e vivenciados (BRUNER, 1997; HALL, 2019).

Assim como a noção de identidade pode ser fluida e maleável, tal também é a definição de linguagem. Todavia, faz-se necessário apresentar algumas considerações: primeiro, existe a questão das línguas *versus* dialetos, uma distinção que é, em grande parte, política – geralmente confere-se o título de *status* superior de língua para variedades de fala com um grande número de falantes, alto prestígio social e econômico, reconhecimento oficial do estado e/ou uma forma oral e escrita padronizada – e muito pouco a ver com características reais inerentes às próprias variedades da fala (RAJAGOPALAN, 2004). A partir dessa premissa, surge o preconceito em que os chamados dialetos são considerados ininteligíveis e suas fronteiras tórbidas. Sobre isso, Rajagopalan salienta que:

A luta contra os preconceitos terá que ser uma luta insistente e incansável. Serão necessárias inúmeras tentativas, ainda assim, não haverá nenhuma garantia de que o mundo estará livre de todos os preconceitos e a linguagem politicamente limpa de uma vez por todas. Entretanto uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais é, de um lado, monitorar a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos e, por outro, obrigar o usuário, em nome da linguagem politicamente correta, a exercer controle sobre sua própria fala, constantemente se conscientizar da existência de tais preconceitos. Intervir na linguagem é intervir no mundo (RAJAGOPALAN, 2004. p. 102).

Em segundo lugar, a linguagem é extremamente versátil e permeia em todas as esferas da vida, seja no campo privado ou no público. A linguagem não é apenas algo que se pratica como humanos. Tampouco, se trata de uma opção, é uma condição. Vive-se a linguagem e precisa-se dela como meio indispensável para a vida (KOCH, 2015).

Teoricamente, a linguagem apresenta algumas funções distintas, a saber: a) expressão de pensamento sobre o mundo; b) como modo de comunicação, ou seja, a capacidade de compreender e de se fazer entender por outros indivíduos, que sem dúvida, é a sua função mais evidente; c) concerne aos significados um marcador de cultura e identidade, ou melhor, a linguagem atua como um símbolo, um ponto de encontro psicossocial e, como tal, pode ser um elemento representativo de traços étnicos ou culturais – como a língua embiá. Ainda concernente às funções, registra Koch:

[...] a mais antiga destas concepções é, sem dúvida, a primeira, embora continue tendo seus defensores na atualidade. Segundo ela, o homem representa para si o mundo através da linguagem e, assim sendo, a função da língua é representar (= refletir) seu pensamento e seu conhecimento de mundo. A segunda concepção considera a língua como um código através do qual o emissor comunica a um receptor determinadas mensagens. A principal função da linguagem é, nesse caso, a transmissão de informações. A terceira concepção, finalmente, é aquela que encara a linguagem como atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada, como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos (KOCH, 2015, p. 9).

Essa terceira função da linguagem exerce o papel de ser um meio de representação externa da identidade, uma vez que “[...] a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela” (RAJAGOPALAN, 2004, p.41). Desse modo, a linguagem está incorporada em tudo que permeia a sociedade e é a partir dessa inter-relação que as identidades são construídas, projetadas e interpretadas.

### 3. DISCURSO, PODER E EXCLUSÃO

Conforme mencionado *a priori*, a identidade pode representar um ato de exclusão, o qual ocorre através de uma ruptura que inverte as hierarquias e que se encontra sempre imbricada em um ato de poder. As identidades são produzidas na e pela linguagem, através de discursos, e esses discursos são atravessados por relações de poder (HALL, 2019). Para efeitos de esclarecimentos, nas próximas linhas serão apresentados algumas considerações acerca do poder e discurso; como estes elementos funcionam como mecanismo de exclusão; e de que forma estabelecem a identidade.

Segundo Foucault (2004) o “poder” atravessa todo o corpo social e implica em uma multiplicidade de relações de forças e, nas quais, se faz presente de forma intencional. No entanto, se há poder, há resistência e esses vínculos não se encontram em posição de exterioridade. Destarte, define-se poder a partir da seguinte afirmação:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, são sempre centros de sua transmissão (FOUCAULT, 2014, p. 75).

De acordo com os argumentos foucaultianos, o poder não é localizado, não é uma fonte única. Isso significa dizer que ele é múltiplo, onipresente e atravessa todas as relações sociais. Trata-se de uma rede que produz identidades com pontos provisionais e subjetivos e que constroem o discurso como entidade regulada e reguladora.

Relativo ao “discurso”, ressalta-se que as palavras do ser humano são investidas de um domínio capaz de formar o universo, mudar a realidade do tempo, das pessoas,

dos objetos. Sendo assim, os discursos moldam o mundo e, simultaneamente, são moldados por práticas sociais e materiais. E ainda, podem ser maximizados por sistemas existentes como o direito, a educação, os meios de comunicação e outros. Convém destacar que os membros de uma sociedade, incluindo os seus intelectuais como, por exemplo, os professores, estão imbricados no discurso e nas regulações discursivas que lhes fornecem seus meios de subsistência e definição e, por conta disso, as possibilidades de ficar de fora desses sistemas são remotas (FOUCAULT, 2004).

O discurso é geralmente utilizado para designar as formas de representação, códigos, convenções e hábitos de linguagem que produzem campos específicos de significados cultural e histórico; possui um caráter situado e produz conhecimentos parciais, que estão abertos à contestação e negociação. Ao compreender e resolver as tensões dentro dessas negociações, exige-se, no mínimo, um compromisso com o poder. Assim, Foucault realça que:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2004, p. 9).

O discurso transmite e produz energia e, por causa da sua capacidade de ser transformado, não deve ser conceituado como fixo, mas como uma fissura para uma realidade parcial e situada. Geralmente o discurso é planejado para ser impressionante, para afirmar e naturalizar o poder das elites dominantes na tentativa de eufemizar regras e normas que governam a seleção e a exclusão de objetos, conceitos, teorias e preceitos. Em outras palavras, serve para sentenciar o que deve ser pensado e dito (FOUCAULT, 2004).

Trata-se de uma política de farsa e anonimato que tem lugar assegurado no domínio da liberdade discursiva. No entanto, é projetado meticulosamente para proteger a identificação dos agentes interessados. Geralmente, rumores, contos populares, piadas, músicas, rituais e imagens pejorativas são introduzidos na cultura popular de grupos subordinados que aceitam de modo natural e despercebido (FOUCAULT, 2004).

Na obra intitulada “Ordem do Discurso” (2004), encontram-se três sistemas externos de exclusão que forjam o discurso: a proibição na fala, especialmente em relação à sexualidade e à política; a suposta divisão entre razão e loucura e a “vontade de verdade” como evidenciada pela “oposição entre o verdadeiro e o falso”.

Existem também algumas exclusões que funcionam internamente ao discurso – o comentário, o autor e a disciplina. Cada um destes princípios permite a produção ilimitada de novos discursos, embora com certas restrições.

Relativo ao comentário, Foucault (2004) esclarece que são discursos baseados principalmente nos fundamentos das narrativas de uma sociedade, seja no campo religioso, jurídico ou científico. Tais elementos narrativos serão sempre agregados por múltiplos significados e, a partir disso, transformam-se em um produto da repetição, em uma espécie de reveiculação discursiva em que “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. [...]” (FOUCAULT, 2004, p.75).

Outro princípio complementar da exclusão interna é o do autor. Nas discussões foucaultianas, o autor não alude, exatamente, a um ser criativo, mas a um processo complexo e variável com uma função discursiva que aponta para a existência de certos grupos de discurso que garantem seu status dentro de uma determinada sociedade. O autor se refere ao “agrupamento de discurso, um foco de coerência e unidade” (FOUCAULT, 2004).

A disciplina é o terceiro princípio interno da limitação discursiva. Esta regula o pensamento e o comportamento dos sujeitos sociais através de meios sutis. Entretanto, é necessário que haja o domínio de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação e metas e uma reativação permanente das regras, ou seja, “Para que haja disciplina, é preciso, por conseguinte, que haja a possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, novas proposições” (FOUCAULT, 2004, p.67).

Contrária às punições físicas de outrora exercidas pelos senhores, a disciplina nos moldes atuais organiza o espaço, o tempo e as atividades cotidianas. Assim como no “Panóptico”, que consistia em uma técnica de observação utilizada para mirar os prisioneiros, a vigilância também faz parte das práticas disciplinares vigentes. Foucault (2014) argumenta que a sociedade moderna é uma “sociedade disciplinar”, ou seja, o



poder nos tempos hodiernos é largamente exercido através de meios disciplinares em uma larga variedade de instituições.

Se faz mister a realização permanente da análise crítica do discurso com o designio de examinar as fontes discursivas de poder, dominância, desigualdade e preconceito e, como essas procedências são iniciadas, mantidas, reproduzidas e transformadas em contextos sociais específicos, sejam eles, econômicos, políticos ou históricos. Vale destacar que a análise do discurso precisa preocupar-se não apenas com a busca da completude dos significados, mas também com a sua escassez ou irracionalidade posta nas práticas discursivas (FOUCAULT, 2004).

#### 4. A ESCOLA E A DIVERSIDADE CULTURAL

O âmbito escolar é um contexto importante no qual a formação da identidade do aluno é construída. A quantidade significativa de tempo que os estudantes passam na escola é uma razão básica para a importância das instituições educativas na formação identitária. Além do mais, os discentes encontram-se envolvidos de forma direta em atividades e programas de ensino que podem ajudá-los a descobrir suas habilidades e interesses (ZABALA, 1998).

Uma parte considerável das interações sociais e interpessoais dos alunos, em particular com colegas, também é formada nos estabelecimentos de ensino. Nesse sentido, as escolas podem se tornar arenas de exploração e socialização, em que os discentes experimentam diferentes papéis, valores e relacionamentos. Este é, principalmente, o caso de indivíduos que vivem em comunidades marginalizadas e da classe trabalhadora que são privados de oportunidades de exploração fora do espaço escolar (ZABALA, 1998).

No entanto, ao analisar a confluência entre a formação socioeconômica dos alunos e os impactos das escolas na formação da identidade, percebe-se um complicado processo que pode obstaculizar a formação da identidade do sujeito. De início, averigua-se que as políticas de educação pública nacional também são influenciadas por grandes organismos internacionais (OMC, UNESCO, BM e outros). Desse modo, os Estados são obrigados a cumprir regras que se configuram como estratégias de convergência. E, a partir dessas intervenções, são criados modelos de cooperação para

o desenvolvimento que privilegiam a solidariedade internacional, a democracia e justiça social, mas em moldes etnocêntricos, logo, excludentes (CASTELLS, 2018). Nessa direção, observa o pensamento de Bauman:

A desigualdade de oportunidades educacionais é uma questão que só pode ser confrontada em ampla escala por políticas de estado. Até agora, porém, como já vimos, as políticas de Estado parecem estar se afastando, e não se aproximando, de um enfrentamento sério da questão (BAUMAN, 2013, p. 74).

Portanto, é nesse contexto que surge a ideia da implementação de uma educação encarregada de lidar com a árdua complexidade da relação entre exclusão social e a diversidade cultural. Os projetos educativos interculturais, tais como estão sendo aplicados, em grande parte, configuram-se como delineamentos econômicos que resultam em uma “pedagogia de resultados”, em que o quantitativo torna-se mais relevante que o qualitativo. Trata-se de uma proposta instalada nas escolas que coniventemente colabora com a produção de sujeitos alienados (GIROUX, 2013). Logo, a escola abdica do dever de promover a equalização social e assume a incumbência de instrumento regulador, conforme exemplifica Foucault:

Seja, por exemplo, uma instituição escolar: sua organização espacial, o regulamento meticuloso que rege a vida interior, as diferentes atividades aí organizadas, os diversos personagens que aí vivem e se encontram, cada um com sua função, um lugar, um rosto bem definido — tudo isto constitui um “bloco” de capacidade-comunicação-poder. A atividade que assegura o aprendizado e a aquisição de aptidões ou de tipos de comportamento aí se desenvolve através de todo um conjunto de comunicações reguladas (lições, questões e respostas, ordens, exortações. Signos codificados de obediência, marcas diferenciais do “valor” de cada um e dos níveis de saber) e através de toda uma série de procedimentos de poder (enclausuramento, vigilância, recompensa e punição, hierarquia piramidal) (FOUCAULT, 1995, p.241).

No que concerne à diversidade cultural, percebe-se a existência de alguns planos de ação e intervenção, mas que não passam de um pluralismo amórfico e vago. Este pluralismo compassivo interessa-se mais pelas tradições folclóricas e apoia nas instituições de ensino propostas simplistas em que as diversas culturas adquirem um mero caráter de transição para a cultura nacional predominante. Vale mencionar que

a concretização de uma educação intercultural se efetiva com a força do papel político e insurgente que a identidade estabelece nos movimentos, sobretudo, da cidadania restringida e, por conseguinte, se faz elementar no processo escolar (GIROUX, 2013). Neste mesmo sentido, Zabala assinala que:

Conhecimento e busca de projetos e soluções que promovam valores, atitudes e condutas que respeitem o pluralismo e a diversidade, seja de procedência, de cultura, de gênero ou de idade, tornando compatível o enriquecimento das pessoas uma a uma e das idiossincrasias culturais de cada grupo, comunidade ou etnia (ZABALA, 1998, p. 94).

Concernente ao processo de ensino e aprendizagem, convém frisar, que as escolas públicas não oferecem situações de equidade, no tocante aos conhecimentos. Em outros termos, não se valoriza com igual relevância a construção e a utilização dos saberes dos diversos povos e se tende a considerar as formas científicas e as aprendizagens do currículo nacional como os únicos conhecimentos educativos válidos (GIROUX, 2013). E, nesses termos, “A escola, portanto, passa a assumir na sociedade um espaço sagrado, como um templo que elevaria homens comuns à condição de homens civilizados (XXX, 2019). Além disso, uma parte significativa dos conteúdos inseridos no currículo não possui utilidade na vida cotidiana do sujeito, ou seja, não estabelecem nenhuma função de aplicabilidade. São conteúdos “mortos” (ZABALA, 1998). O literato (1998) continua:

Aprende-se fórmulas, tabelas, princípios, conceitos, algoritmos, etc., dos quais o que mais se valoriza é a capacidade de reprodução, mas não de aplicação. “Sabemos” a Lei de Ohm, mas somos incapazes de interpretar o simples circuito elétrico de uma lanterna. “Sabemos” o princípio de Arquimedes, mas nos custa relacioná-lo ao que ocorre quando estamos submersos em uma piscina. “Sabemos” o que é um sintagma nominal, mas não sabemos utilizá-lo para melhorar uma frase escrita. “Sabemos” resolver uma equação de segundo grau sem saber o que ela representa. Enfim, sabemos muito e somos incapazes de utilizar o que sabemos para resolver situações nas quais os conhecimentos que temos poderiam ser muito valiosos (ZABALA, 1998, p.137).

Assim, a escola assume um caráter deseducativo porque trabalha conscientemente na anulação dos conhecimentos culturais locais contribuindo para a

imposição da sociedade dominante. Nesse entrelaçamento, observa-se a predominância de elementos limitados e isolados da história e da cultura de grupos desfavorecidos, ou melhor, a ausência de uma variedade de discursos e de narrativas como forma de reforçar a homogeneidade cultural (GIROUX, 2013).

Nos livros didáticos, à guisa de exemplo, não são transmitidos somente fatos, mas também são difundidas ideologias que seguem as tendências políticas e são justificadas com legitimidade histórica. Em alguns conteúdos didáticos, encontram-se declarações que glorificam algumas nações, grupos ou regiões em detrimento dos chamados “grupos minoritários” (ZABALA, 1998). Outra apreensão quanto aos livros didáticos, é que eles são mercadorias e, por isso, podem ser publicados por motivos econômicos, em vez de intelectuais. Além do mais, entende-se que nem todos os autores dos livros didáticos são críticos o suficiente para desenredar a sociedade em que vivem, tornando-se “fragmentadores do saber”.

A escola tem que ser um lugar para a reflexão crítica da realidade, que favoreça uma verdadeira compreensão dos fatos além da visão simplificadora ou deformadora que, às vezes, os meios de comunicação e certos livros oferecem. Deve desenvolver nos alunos a capacidade de tomar decisões com base na reflexão e no diálogo promovendo mais do que a formação de futuros cientistas, mas sim a educação de cidadãos em uma cultura científica básica, capacitando-os para interpretar os fenômenos naturais e para agir de forma crítica e responsável diante dos problemas sociais (ZABALA, 1998, p.95).

À vista disso, deduz-se que, se há algo que pode definir a instituição educativa, é o perpetuamento nas práticas pedagógicas que se mantêm a longas décadas. Logo, a necessidade de um currículo diversificado e flexível, que não signifique acréscimos de conteúdos, mas que embleme uma estreita ligação entre o conhecimento escolar e o conhecimento local faz-se primordial para definir o projeto educacional. Nesse passo, Zabala considera que:

Ou seja, normalmente tende-se a acrescentar conteúdos de aprendizagem ante a necessidade de melhorar ou mudar os resultados educacionais, mas normalmente estes conteúdos são acrescentados, ou seja, não substituem a outros os quais possam estar defasados ou que não sejam tão necessários para alcançar às finalidades educacionais. Desse modo, o currículo acaba sendo um instrumento sobrecarregado

e de difícil cumprimento nos planejamentos e nas programações de aula, o que causa a frustração dos professores (ZABALA, 1998, p.99).

A realidade é desafiadora, no entanto, “[...] a sociedade que obsessivamente se vê como não sendo boa o suficiente é a única definição que posso dar de uma boa sociedade” (BAUMAN, 2005, p.324). Assim, torna-se imprescindível que os campos políticos e pedagógicos se voltem para ações que prezem por uma educação de qualidade em que professores e alunos aprendam a questionar pressupostos, paradigmas e características hegemônicas da sociedade, permitindo que estruturas escolares sejam fluidas por natureza. Isso significa a produção de um currículo positivo que construa indivíduos críticos e autônomos que possam se engajar ativamente na negociação das estruturas societais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho discorreu sobre a importância da linguagem para a formação identitária do sujeito. O estudo ressaltou que o dual linguagem-identidade é inseparável, interdependente, movediço e pode desenvolver-se em caráter de exclusão ou inclusão.

A prevalência de uma sociedade hegemônica resulta no cerceamento cognitivo dos sujeitos, além de caminhar de forma incompatível com uma perspectiva democrática de educação. E, esta questão relaciona-se diretamente com as relações de poder mantidas, principalmente, nas instituições de ensino através dos currículos e das reformas. Faz-se urgente que as políticas voltadas para o seio educativo sejam compatíveis com os ideais de equidade e que a escola intercultural reconheça e valorize, de fato, as diferentes culturas.

RUFINO, A. M. S.; SENNA, L. A. G. Identity, language, and school. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, n. 1, p. 89-102, 2021.

**Abstract:** In the last years, the researches that worked with disciplines connected to the social sciences has presented an intense interest in questions relation to the identity and language, mainly, when they abord themes with focus on gender, sexuality, nationalism, ethnical conflicts and culture. The relevance attributed to those elements is, too, due of the position of centrality and complexity of those concepts, be as elements there are going to be explicated or how components that has explicative force. In this way, the present study of social construction had the objective of reflecting about the relationship of language and identity in the process of social construction of the person in the school. The adopted methodology was based in bibliography research. The study indicated that language and identity shows an indissoluble character; that can be (re)created in specifics contexts of inclusion or exclusion; these are dynamics; and the school an act as a strengthening element or decimator of the human identities.

**Keywords:** Identity. Language. School.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Vigilância líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRUNER, J. *Atos de Significação*. Tradução Sandra Costa. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.
- CASTELLS, M. *Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.
- GIROUX, H. *Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 23/04/2020.

Aprovado em: 01/12/2020.